

A esfera da política e o marxismo como ciência social: a crítica ao economicismo, a perspectiva estrutural e o individualismo metodológico

Felipe Melonio Leite¹⁷

Resumo: Nesse artigo buscaremos a análise do movimento de complexificação da concepção marxista da política na figura das contribuições das vertentes estrutural e analítica. Iniciaremos pela categorização da noção instrumental de Estado que marcou o assim chamado marxismo clássico. Mostraremos, com referência a textos já críticos, as bases fundamentais e mais influentes dessa concepção no âmbito dos textos de Marx e Engels e também nas formulações teóricas posteriores nas quais não lograram ruptura. Após solidificar o que se entende por marxismo clássico passaremos ao estudo dos projetos de renovação que se construíram em relação íntima com o projeto das ciências sociais. São esses o marxismo estrutural e pós-estrutural francês, aqui analisados nos textos de Althusser, Poulantzas e Balibar, e o marxismo analítico, nas figuras de Elster, Roemer e Przeworski. O objetivo final do presente artigo é mostrar as alternativas ao economicismo estrito que imperou durante muito tempo no marxismo. Seja pelo viés da positividade da esfera do político; com sua historicidade, autonomia e efeito próprios feita por Althusser, Balibar e Poulantzas, ou pelo viés da crítica à explicação funcionalista na qual o marxismo analítico insistiu.

Palavras-Chave: Marxismo estrutural; marxismo analítico; Teoria de Estado

Abstract: In this article we will seek to analyze the complexification movement of the Marxist conception of politics in the form of contributions from the structural and analytical aspects. We will start by categorizing the instrumental notion of the State that marked the so-called classical Marxism. We will show, with reference to texts already critical, the fundamental and most influential bases of this conception in the context of the texts of Marx and Engels and also in the later theoretical formulations in which they did not break. After solidifying what is meant by classical Marxism, we will move on to the study of renovation projects that were built in close relationship with the social sciences project. These are French structural and post-structural Marxism, here analyzed in the texts of Althusser, Poulantzas and Balibar, and analytical Marxism, in the figures of Elster, Roemer and Przeworski. The final objective of this article is to show the alternatives to strict economism that ruled Marxism for a long time. Be it due to the positivity of the political sphere; with its own historicity, autonomy and effect made by Althusser, Balibar and Poulantzas, or due to the criticism of the functionalist explanation on which analytical Marxism insisted

Keywords: Structural Marxism; analytical Marxism; State Theory

¹⁷ Mestre em Ciência Política (PPGCP).

Introdução: o marxismo clássico e a perspectiva instrumental do Estado

Não existem dúvidas que o texto marxiano mais divulgado e popular é o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS, 2010). Seja pela sua capacidade de síntese teórica ou pela sua apresentação clara de um projeto político o *Manifesto* conquistou lugares tanto o dia a dia da política quanto no debate intelectual, acadêmico e extra acadêmico. Uma das várias inovações teóricas desse artigo mais nos concerne no momento. É a sua concepção materialista de Estado.

Balibar (1975. P. 117-9) afirma que o elemento que revoluciona a teoria política pretérita é a correlação nítida entre o Estado e a dominação social-econômica que está aqui presente. Essa afirmação materialista condensa-se na clássica máxima de Marx e Engels: “O executivo no Estado moderno não senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (MARX; ENGELS, 2010 p. 42) Essa afirmação contrariava as teses clássicas que viam no Estado a realização de uma ideia de racionalidade ou como a forma política em que a essência humana se direciona. É uma tese que antecipa o materialismo e anti-humanismo teórico. O estado e as relações humanas, no campo agora proposto, é produzido por uma conjuntura histórica e social concreta.

O desenvolvimento do marxismo, ainda sob Marx, foi polissêmico. Não anunciando seu projeto mais amplo, onde existia a intenção de incluir um tomo sobre o Estado, Marx se dedicou ao estudo das amplas estruturas econômicas do capitalismo, assim como exposto n’*O Capital*. (PROGREBINSCHI, 2009. p. 37) Nesse projeto, tomando o capitalismo, com fins metodológicos, em sua forma mais pura e abstrata, o autor reservou pouco espaço para a figura da prática política e do Estado. O capitalismo, conforme explicita a análise crítica de Przeworski (1995), é dotado de poder de autorreprodução. Suas próprias características engendrariam o eterno retorno das condições necessárias para sua manutenção. A força de trabalho, por necessidade e interesse próprio, retornaria aos portões das fábricas para vender sua força de trabalho assim como o capitalista, para eterna acumulação, ofereceria as mesmas vagas. Nessa forma pura o papel do Estado é praticamente inexistente. Segundo Przeworski:

Suponhamos que tal sistema esteja em funcionamento em uma sociedade particular. Há certas pessoas que precisam vender sua força de trabalho se quiserem sobreviver. Há outros que possuem os instrumentos de produção e insumos necessários. Os trabalhadores aparecem nos portões das fábricas e se oferecem para executar serviços. Competindo por emprego, eles leiloaram seus salários até o nível de subsistência. Eles são empregados e, sob supervisão, executam os serviços. O resultado final dessa atividade é algum produto, de propriedade do capitalista. Os trabalhadores recebem seus salários e os consomem. Os capitalistas vencem o produto e repõem os instrumentos de produção. Assim ao final do ciclo, os

trabalhadores são deixados, como antes, com os salários que consomem e com sua capacidade de trabalhar, enquanto os capitalistas são deixados, como antes, com os instrumentos de produção. Como os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, eles reaparecem nos portões, ofertam seu trabalho em troca de baixos salários, executam o trabalho, consomem os salários e retornam ao mercado de trabalho. Os capitalistas, por sua vez, se m do produto, realizam seu valor, repõem os instrumentos de produção e contratam trabalhadores. Esse processo se repete *por si próprio*, como uma troca de mercado.” (PRZEWORSKI, 1995 p. 93)

Essa formulação contrasta, aparentemente, com outros trabalhos de Marx. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011b) e *A Guerra Civil em França* (MARX, 2011a), por exemplo, mostram um papel muito ativo e importante da figura estatal e da disputa política. A apreensão dessa diferença toca no âmbito da própria heterogeneidade do autor. Se em alguns momentos de sua obra vemos um privilégio muito grande do desenvolvimento econômico como motor final da sociedade (MARX, 2005b) em outros o mesmo mecanismo passa a ser subordinado as estruturas das relações sociais de produção e a própria superestrutura como no exemplo de seus trabalhos no final da vida sobre o estado de arte do capitalismo na Rússia (MARX, ENGELS, 2013). Temos, em acréscimo complexificador, sua metodologia, privilegiadora do todo histórico, que toma as diversas instâncias de análise em níveis separados de abstração para a apreensão para a melhor categorização conceitual (MARX, 2005a.). Nesse último sentido as análises do nível de modo de produção abstrato d'O Capital não possuem o nível de concretude do estudo de formação social determinada nos textos de análise histórica.

Para fins de construção de um programa prático político a denúncia do caráter classista do Estado se fez obviamente mais útil que os meandros complexos dos estudos em ciência política de Marx. Não é sem razão que o *Prefácio da Crítica a economia política* de 1859 (MARX, 2005b) se tornou tão influente. A estrutura desse breve texto inclui uma forte filosofia da história. Um retorno da influência hegeliana só que substituindo o desenvolvimento da ideia de racionalidade pelo desenvolvimento das forças produtivas. O papel da superestrutura e das relações sociais de produção fazem-se subordinados, objeto da ruptura do agente histórico principal (BOITO JR., 2007). O marxismo clássico é devedor dessa tese. O debate no interior da social-democracia alemã sobre a participação nas instâncias da “democracia burguesa” ou na aposta pela revolução imediata (Berstein, Kautsky e Luxemburgo) é uma variação do tema pela questão da irredutibilidade do porvir revolucionário. Os textos de Lenin sobre o imperialismo e o posterior debate entre Stalin e Trotsky acerca das condições para o capitalismo em um só país concernem a questão das condições de evolução das forças produtivas. O marxismo clássico formou-se em torno do projeto para a revolução em germe. O Estado, nesse arcabouço, é apenas um instrumento

do domínio hegemônico e um entrava da evolução necessária da contradição principal. Costa Neto (2014) explicita a caracterização dessa tradição em sua análise da leitura do “marxismo ocidental” de Perry Anderson (1989). O ponto de partida do “marxismo ocidental” é a crítica dessa abordagem originária:

O ponto de partida de sua análise é o que nomeou de *A Tradição Clássica*. Os traços característicos dessa tradição, que, além de Marx e Engels, englobaria ainda os fundadores do marxismo e uma série de seus seguidores: os nascidos entre 1843 e 1888, entre eles os mais velhos, da década de 1840: Labriola e Mehring; Kautsky e Plekhanov, nascidos na década de 1850; e, por fim, a geração mais jovem: Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrazhensky e Bukharin, todos nascidos nas décadas de 1870 e 1880. Uma das características principais dessa tradição seria o estreito vínculo entre teoria e prática que, entretanto, assumia diferentes formas entre as várias gerações constitutivas dessa mesma tradição – desde uma proximidade com o movimento operário até a ocupação de cargos dirigentes em seus respectivos partidos políticos. Da mesma maneira, existia uma série de temas que caracterizou essa tradição. Ao lado da obra de Marx e Engels, Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhanov procuraram, em certa medida, dar continuidade aos trabalhos de Engels.” (COSTA NETO, 2014. p. 13-4)

Therborn (2012) lê esse desenvolvimento do marxismo clássico a partir da concepção de “dialética da modernidade”. A visão da modernidade, para Marx e para as primeiras gerações de seguidores, possui, segundo Therborn, duas facetas: uma emancipatória e outra de exploração. Mesmo se uma ou outra abordagem do marxismo enfoca algum desses aspectos o pano de fundo de linearidade da história se mantém. Assim se faz o marxismo clássico, ora pela via evolucionista da socialdemocracia, ora pela perspectiva revolucionária da abordagem ortodoxa comunista:

Pegar os dois chifres da modernidade, o emancipador e o explorador, é uma tarefa intrinsecamente delicada, mais facilmente assumida por intelectuais do que por políticos. Como consequência, a tradição marxista tende a ir de uma caracterização à outra em sua prática da dialética da modernidade. Na Segunda Internacional (1889-1914) e na tradição social-democrática posterior, o aspecto negativo tendeu a ser cada vez mais dissimulado por uma concepção evolucionista de poderes contrapostos, de sindicatos e partidos da classe trabalhadora. O Komintern ou Terceira Internacional (1919-1943) e a tradição comunista subsequente, ao contrário, concentraram-se no negativo e em suas peripécias, denunciando os males do capitalismo e alimentando a esperança de uma reversão revolucionária repentina.” (Therborn, 2012. p. 63-4)

Althusser e a crítica do par humanista e economicista

O projeto teórico do marxismo que se funda a partir de Althusser vai, claramente, na direção da aproximação da ciência social tradicional. Isso se dá pela abertura do autor a uma crítica epistemológica sofisticada onde os conceitos da abstração teórica, dos níveis de determinação e espaços de contradição são bem delimitados. (BOITO, 2014) Esse projeto entra em clara oposição a duas gerações anteriores de marxista que se restringiam a extremamente prática “crítica revolucionária da economia política” ou a extremamente teórica “teoria crítica filosófica”.

Distinguindo a novidade teórica de Althusser, Quartim de Moraes (2014) retoma uma categorização de Balibar e acrescenta uma dimensão. Primeiramente existe a insurgência da noção de “corte epistemológico” na obra de Marx e, de maneira mais abrangente, na filosofia e na ciência. Um segundo ponto é a percepção que o campo da teoria é, no limite, o espaço da luta de classes. Em terceiro lugar a operação de aparelhos de Estado que possuem um caráter ideológico. O que Quartim acrescenta no cânone é o postulado de que não existe, de forma nenhuma, essência humana genérica, o “anti-humanismo teórico”.

Essas quatro características sintetizam muito bem o desenvolvimento da obra de Althusser. O anti-humanismo e a busca da delimitação do científico e do ideológico marcam a primeira fase (escritos do “Ler o Capital” e de “Por Marx”). Esse momento sofre, pelas suas características de combate filosófico direto, o que o autor chama de desvio teoricista. Em suas obras de autocrítica de segunda fase Althusser constata que existiu uma aproximação excessiva com a dogmática do léxico estruturalista. O ponto máximo é a afirmação de que a filosofia se torna a Teoria geral de toda as práticas teóricas. Sustentando que a aproximação terminológica com o estruturalismo foi uma realidade, o autor faz questão de delimitar o escopo de cada teoria.

O estruturalismo, como em antropologia e linguística, é uma filosofia prática que se impõe aos cientistas. Surge da necessidade de rigor analítico e consiste da abstração de elementos para análise e previsão. Em “Elementos de autocrítica” (ALTHUSSER, 1978) é afirmado que essa problemática é apenas aparente perante a de Marx. Para Marx não há a possibilidade de abstração de aspectos formais para a previsão por meios combinatórios. Toda abstração se dá para compreensão dos elementos materiais e se faz partidos dos próprios. Ao lado da abstração tem a contradição que incide em cada elemento da análise. Afasta-se também do “estruturalismo do processo” pois o primado é sempre do real, ou seja, da contradição.

Tendo em mente a ressalva anterior podemos analisar qual é o ponto fundamental identificado por Marx para a fundação da “Ciência da História”. Esse ponto é o que Althusser chama de “Corte epistemológico” de 1845. É o momento de uma virada na problemática do

pai fundador do histórico. Isso vai muito além de uma simples mudança de léxico. É toda uma virada nos questionamentos que o autor faz perante o problema da história. Althusser identifica o marxismo pretérito aos trabalhos de 1845 com a problemática humanista. Essa problemática pode ser sintetizada em dois postulados: a de que existe uma essência universal no homem e a de que ela é atributo dos indivíduos isoladamente (QUARTIM DE MORAES, 2014).

Segundo Althusser o humanismo é um conceito ideológico. Designa uma “realidade”, mas não dá os meios de conhecê-la. (ALTHUSSER, 2015). Para o autor, Marx chegou à criação de uma teoria científica da sociedade pelo exercício crítico de suas raízes humanistas tanto da primeira fase, racionalista liberal que preconizava a realização da essência humana no Estado liberal ilustrado, quanto a de segunda fase do humanismo comunitário de reapropriação da essência alienada.

No artigo “Sobre a dialética materialista” é explicitado o sentido geral da crítica científica onde esse esboço sobre o humanismo se insere. Afastando a concepção comumente aceita de que a ciência faz-se tendo como base o dado sensorial puro generalizando-o, Althusser afirma que o processo se dá por sucessivas críticas das formas idealizadas ou pré-científicas estabelecidas. O geral já está na origem em forma de sistema ideológico vigente que é criticado pela sua inadequação aos conceitos analíticos que surgem. Esse processo é o da prática, conceito central na epistemologia de Althusser, que nesse caso é da modalidade teórica. O resultado final é um “concreto teórico” radicalmente novo em adequação aos pressupostos de uma nova problemática. A crítica do idealismo humanista pretérito resultou, no ano de 1845 em Marx, em um novo arsenal analítico. Conceitos, como os de reificação, negação da negação, emancipação humana e emancipação política foram substituídos pelos de forças produtivas, formação social, relações de produção e modo de produção. Essa mudança de léxico elucida o processo de mudança de paradigma. Processo esse que não se encerra no evento mas é tendencial pois sempre se faz como a irrupção de um novo modelo em um campo estabelecido anteriormente. Não podemos deixar de notar que existe um condicionamento filosófico do processo científico que é, em última instância, político. (BALIBAR, 1991)

Tomar o marxismo nessa perspectiva permite a Althusser uma análise menos envolta nos idealismos do humanismo vigente. No limite pode-se dizer que é feita uma “positivação” do estatuto prático das ideologias que passam a ser acessíveis ao recurso crítico supracitado. O campo teórico em que Marx se inseria no momento imediatamente anterior a autonomização foi o ponto fundamental de sua crítica. Um dos elementos principais é a estrutura da dialética de tradição hegeliana. Ainda no livro *Por Marx*, no artigo *Contradição e Sobredeterminação*, Althusser mostra que a fundação da dialética materialista é radicalmente diferente da forma hegeliana. Deve-se pensar em outra ilustração, pois o

modela clássico de “inversão” material apenas recoloca a forma nova sobre as bases da antiga. A diferença é também de forma e de estrutura e não apenas de conteúdo (material ou ideal). Essa revolução formal é baseada na ideia na qual a sociedade só pode ser compreendida em suas determinações múltiplas, em instâncias que são relativamente autônomas resguardando uma relação “sobredeterminada” com uma contradição principal que emergem em *cada contexto específico em análise*. Nas palavras de Althusser:

Quando nessa situação entra em jogo, no mesmo jogo, uma prodigiosa acumulação de *contradições* das quais algumas são radicalmente heterogêneas e não tem todas a mesma origem, nem o mesmo sentido, nem o mesmo nível e lugar de aplicação, e que, no entanto se fundem numa unidade de ruptura, não é mais possível falar da única virtude simples da contradição geral. Decerto, a contradição fundamental que domina esse tempo (em que a revolução está na ordem do dia) está ativa em todas essas *contradições*, e até em sua fusão. Mas não se pode, contudo, pretender com todo o rigor que essas *contradições* e sua fusão sejam apenas seu puro fenômeno. [...] Quer dizer que as *diferenças* que constituem cada uma das instâncias em jogo (e se manifestam nessa *acumulação* de que fala Lenin), elas se *fundem* numa unidade real, não se *dissipam* como um puro fenômeno na unidade interior de uma contradição simples. (2015, p.78)

Leituras sobre a relação entre Estado e capitalismo: a renovação da concepção de “ditadura do proletariado”, de Althusser e Balibar, e a crítica “socialista democrática” de Nicos Poulantzas

Grande parte do mérito da escola althusseriana no que se refere a ciência da política reside no fato de que existe uma clara distinção entre as esferas da política, da economia e da ideologia. Esta distinção tem como a base a supracitada crítica ao economicismo empreendida no aspecto epistêmico da teoria. Com o desenvolvimento da autocrítica aos desvios teoristas e estruturalistas na década de 70, Althusser, além de incluir a ênfase na dimensão da contradição por inspiração maoísta, construiu uma verdadeira demarcação de posição em questões políticas. Motta (2014, pg. 15) refere-se a essa fase da obra althusseriana como um desdobramento da autocrítica. A anterior fórmula que analisava o materialismo dialético como “Teoria global das práticas teóricas” é substituída pela politicêntrica percepção da filosofia como “luta de classes na teoria”. Os textos marcadamente leninistas do final da década de 70 reafirmam esse postulado abrindo caminho para sua nova abordagem acerca do conceito de “ditadura do proletariado”.

O contexto em que se desenrola o debate é marcado pela ampla adesão dos Partidos Comunistas da Europa ocidental à estratégia eurocomunista. O debate acerca do eurocomunismo englobou diferentes nuances e visões sobre a universalidade do valor

democrático. Podem ser ressaltadas duas posições nesse âmbito. A hegemônica era marcadamente institucionalista e moderada, oficial da maior parte dos Partidos Comunistas, percebia-se a abertura democrática dos estados de bem-estar como uma possibilidade imediata. No limite as instituições possuíam um caráter neutro, aberto às modelagens das lutas populares. Essa posição foi mais bem sintetizada no amplamente acolhido livro de Santiago Carrillo (1978). É contra a ampla aceitação dessa percepção da democracia que Althusser e Balibar insistiram no caráter científico do conceito de “ditadura do proletariado” em Marx.

Para Althusser o conceito de “ditadura do proletariado” evoca alguns importantes postulados teóricos. O mais prático deles é o não descarte normativo da violência como um dos caminhos possíveis do processo de embate político. Essa afirmativa é válida pois ao tomar o Estado capitalista como, em última instância, um Estado material de classe é permitido ao autor a não qualificação da democracia como atributo imutável e transhistórico. Assim como em Marx, ditadura e democracia são ressaltados como conceitos abertos, a política é sem formas *apriorísticas*, sendo seus limites estabelecidos pelas relações sociais de força. Sintetizando essa perspectiva Motta (2014) ressalta a visão de Althusser do Estado como uma “máquina” de classe que é necessariamente histórica:

Como Althusser deixa bem claro, a ditadura do proletariado não é um conceito isolado que pode ser *abandonado* ao seu destino solitário pois está relacionado ao conjunto de conceitos forjados por Marx a partir de 1845. A *quebra* dos aparatos estatais ocupa um lugar central no entender de Althusser a respeito das práticas políticas emergentes durante o período de transição. Segundo Althusser, “destruir o Estado burguês, para substituir pelo Estado da classe operária e dos seus aliados, não é juntar o adjetivo *democrático* a todos os aparelhos de Estado existentes; é mais do que uma operação formal e potencialmente reformista é revolucionar na sua estrutura, na sua prática e ideologia os aparelhos de Estado existentes, suprimir alguns, criar outros; é transformar as formas de divisão do trabalho entre os aparelhos repressivos, políticos e ideológicos; é revolucionar os seus métodos de trabalho e a ideologia burguesa que domina as suas práticas; é assegurar-lhe novas relações com as massas a partir das iniciativas das massas, na base de uma nova ideologia proletária, a fim de preparar o *enfraquecimento do Estado*, isto é, a sua substituição pelas organizações de massas (2014, pg. 127-8)

Essa posição foi, naquele momento, ratificada por Balibar. Tanto em “Sobre a ditadura do proletariado” (1976) quanto em “A retificação do manifesto comunista” (1975) existe a afirmação de que a democracia é, em última instância, uma ditadura de classe. A diferença com a conceituação ortodoxa reside na leitura dos textos históricos de Marx: o domínio político não é exercido diretamente mas por meio de aparelhos especializados que permitem uma universalização ideológica da representação acima das particularidades de classe.

Boito Jr. (2007) explicita a formulação teórica do Estado capitalista, na conceitualização de Balibar, em termos comparativos com o Estado aristocrático. O papel estruturante ideológico do direito moderno estabilizando a cidadania abstrata e a igualdade formal é destaque tanto para a reprodução do modo de produção vigente quanto para possíveis pontos de partida em momentos de desajuste e crise (antecipações políticas de um novo modo de produção frente às relações econômicas ainda estabelecidas):

Seguindo a tese geral de Balibar sobre o desajuste por antecipação do político, mas caracterizando esse desajuste de outra maneira, nós proporemos que a transição se inicia pelo desajuste entre o Estado e a economia, vale dizer, se inicia pelo desajuste entre, de um lado, a estrutura jurídico-política do Estado que “avançou” como resultado de uma revolução e, de outro lado, a estrutura da economia que ficou “para trás”, presa ao modo de produção anterior. Ilustraremos essa tese referindo-nos à transição do feudalismo ao capitalismo e à transição do capitalismo ao socialismo. O Estado é o principal fator de coesão das formações sociais divididas em classes, graças à sua função repressiva e a outro aspecto, quase sempre ignorado, que é a sua função ideológica. [...] De outro lado, o Estado secreta permanentemente, as figuras ideológicas fundamentais para a reprodução mais ou menos pacífica das relações de produção. A existência jurídica de ordens e dos estamentos era a fonte da ideologia aristocrática que legitimava o trabalho compulsório dos camponeses servos no feudalismo, do mesmo molde que o direito formalmente igualitário no capitalismo é a fonte da ideologia contratual que encobre a relação de exploração entre o capitalista e o operário. O direito formalmente igualitário e as instituições estatais aparentemente universalistas a ele ligadas são também a fonte da moderna ideologia da representação popular no Estado.[...] Sendo o Estado o principal fator de coesão de uma formação social dividida em classes, a transição exige uma mudança prévia do Estado. (2007. pg. 55-6)

Se a escola althusseriana permite uma abertura para a teoria específica das esferas da prática social, em suas autonomias relativas frente a economia e a produção, a figura de Nicos Poulantzas representa o mais ambicioso projeto de desenvolvimento da Teoria do Estado capitalista. (Boito Jr., 2014. pg. 155) Sua obra, paralelamente ao percurso autocrítico de Althusser, também passou por uma evolução teórica. Desde sua aproximação inicial com o marxismo estrutural, feita em oposição aos seus primeiros trabalhos sobre o direito de influência sartriana, Poulantzas construiu uma multiforme teoria do Estado possuindo uma complexa relação com as modificações epistemológicas da tradição que se insere. Esse processo é apreendido por Codato (2011). Identifica-se três fases principais na obra poulantzasiana utilizando-se, como referência teórica, o conceito de “Estado capitalista”. Segundo Codato (2011), a referência principal ao estatuto teórico do Estado possibilita uma leitura concomitantemente epistemológica e política na análise:

Ainda que não seja possível identificar uma correspondência direta, ponto a ponto, entre o que é/o que faz o Estado capitalista e qual a estratégia mais adequada para superá-lo, há um paralelismo evidente entre essa teoria do Estado e as posições na política socialista que ela autoriza ou impõe. Um enunciado tende a funcionar como condicionante de outro e se eles não evoluem ao mesmo tempo, um é sempre pensado como resposta ao outro. (Codato, 2011. pg. 100)

A primeira etapa da obra de Poulantzas inserida nessa problemática possui claros paralelos com a tendência filosofante do althusserianismo original. O livro *Poder Político e Classes Sociais* (Poulantzas, 1977) é, na visão de Codato (2011. pg. 107) “um capítulo e uma continuação da interpretação de Louis Althusser e seus associados (Balibar, Rancière, Badiou, Bidet, Establet) sobre a obra madura de Marx”. Sua principal ambição é a *construção* de uma teoria marxista do nível regional da política na prática social. O livro assim constitui-se com três postulados: ser uma teoria com discurso abstrato, um livro sobre a teoria política convencional a ser criticada e, como objetivo final, um projeto de construção da teoria marxista da política. Nesse momento a conceituação sobre Estado é marcada pela forma *estrutura*: algo geral que, em suas características, está presente em todo modo de produção (Estado em *geral*) e o que está presente em todas as formações sociais do capitalismo (Estado capitalista). Sua função é a de fundamentar a coesão de todos os níveis de uma formação social. (CODATO, 2011. pg. 109).

A modificação que levou a segunda fase de Poulantzas tem como base o influente movimento de questionamento ao papel ideológico das instituições, principalmente as de ensino, que aconteceu no final da década de 60. Podemos ressaltar como marcos nesse processo a revolta estudantil francesa de maio de 1968 e a revolução cultural chinesa iniciada em 1966. O Estado agora é definido como aparelho possuindo uma função ideológica de coesão social ao lado da política:

A transformação do conceito de Estado (e não a *ampliação*, como em geral se sustenta) indica que Poulantzas irá, daqui em diante, aceitar a expandir a fórmula *Estado=coerção+consenso* proposta por Gramsci, sua principal influência teórica a partir de então. Essa ideia será aperfeiçoada, desenvolvida e aplicada em *Fascismo e ditadura*, livro que saiu em novembro de 1970. É justamente esse modelo ARE/AIE que irá informar a teorização das formas de Estado *exceção* e a questão-chave aqui, diferentemente de *Poder político e classes sociais*, será como, através do jogo desses aparelhos específicos (e não através dos efeitos da estrutura jurídico-política), o Estado capitalista realiza sua função política. (CODATO, 2011. pg. 112)

A terceira e derradeira fase de Poulantzas é desenvolvida no livro *O Estado, o poder, o socialismo* (POULANTZAS, 2000). A problemática estrutural é, nessa leitura, alterada em direção ao estudo relacional do Estado. Existe uma crítica a possibilidade de existência

de uma *grande teoria* sobre o Estado. A pretensão inicial do autor é transformada: de uma teoria global, estrutural e transhistórica do Estado em geral e capitalista para a inclusão da mesma na dinâmica história que a constitui e em sua reprodução.

Poulantzas define o Estado como uma *condensação* material das relações sociais de força. Essa definição pretende insistir no alegado fato de que um dos grandes méritos do marxismo reside na sua capacidade de prescindir de uma Teoria Geral da Política. Essa afirmação não deixa de ser uma resposta às críticas de Norberto Bobbio a uma suposta ausência de teoria do Estado nos clássicos do marxismo. Codato (2014 pg.118) define que três temas norteiam o debate de Poulantzas: a “materialidade institucional do Estado”, ou seja, a “*ossatura*” que permite a separação apenas relativa do mesmo diante das relações de produção; o aspecto *relacional do Estado*, seu papel de condensação da relação de forças em uma sociedade; e a articulação entre o nível político e econômico no âmbito do moderno capitalismo monopolista.

O conjunto desses três debates permite uma nova perspectiva para a cristalização das lutas populares perante a figura estatal capitalista. Separa-se a *ossatura material* (o papel individualizador do direito, a lei moderna, o sufrágio universal, a burocracia, a nação) estabilizadora da especificidade capitalista do Estado das lutas sociais abrindo espaço tanto para a cristalização das mesmas quanto para a observação dos seus limites. Assim como em todas as fases de Poulantzas essa última permite uma relacionada estratégia política: a abertura de espaço para as reivindicações populares no seio do Estado como objetivo de mudanças na correlação interna de forças. Essa posição política e teórica é identificada por Codato:

[...] a capilarização da atividade estatal faz com que o Estado abra-se às reivindicações populares que atravessam de alto a baixo seus aparelhos, induzindo aberturas inesperadas, rupturas internas, conflitos entre os ramos, fraturas entre as cúpulas e as bases etc. São exatamente essas contradições que deveriam ser exploradas no processo de transformação social, seja preservando (e ampliando) as instituições políticas da democracia liberal, um dos requisitos do *socialismo democrático*, seja desenvolvendo, contra as velhas concepções dos Partidos Comunistas europeus, órgãos de democracia direta. Essas oposições dão origem a *novas formas de lutas populares*. Nesse contexto, o objetivo estratégico da esquerda não é mais, ou não é em primeiro lugar, destruir o Estado, mas mudar a correlação de forças internas aso aparelhos do Estado, explorando suas contradições. (CODATO, 2014 pg. 120)

É essa base teórica que possibilita o uso do conceito de “democracia” analiticamente por Poulantzas no seio da tradição marxista. Segundo os clássicos Marx, Engels e Lenin as especificações de “democracia e ditadura” possuem um caráter relativo perante os embates sociais. Como ressalta Motta:

Não há princípio universal de democracia, no entender de Lênin, apoiado nos textos de Marx e Engels, e isso o coloca num campo diametralmente oposto ao de Kautsky. Para o marxismo, a pergunta sobre a democracia seria “*para que classe?*”, e tampouco a ditadura é um conceito geral, já que haveria distinções entre uma ditadura revolucionária em relação a uma ditadura reacionária, ou conservadora. A ditadura não é uma forma de governo. (MOTTA 2014. pg. 120)

Poulantzas questiona a integridade do caráter científico dessa afirmação. Na análise do autor o conceito de *ditadura do proletariado* (que, como explicitado acima, foi resgatado no contexto por Althusser e Balibar) foi apenas uma resposta prática aos problemas conjunturais de Marx:

[...] a ditadura do proletariado foi em Marx uma noção estratégica em estado prático, funcionando ademais como painel indicador. Ela reconduzia à natureza de classe do Estado, à necessidade de sua transformação em face da transição para o socialismo e ao processo de desaparecimento do Estado. Se isso a que ela reconduz permanece real, esta noção teve, conseqüentemente, uma função histórica precisa: a de ocultar o problema fundamental, exatamente o da articulação de uma democracia representativa transformada e da democracia direta na base. Essas são as verdadeiras razões que justificam, a meu ver, seu abandono e não porque esta noção acabe por identificar-se com o totalitarismo stalinista. (POULANTZAS, 2000. p. 260-1)

A construção da proposta do “socialismo democrático” de Poulantzas não deixa de se inserir no escopo do *eurocomunismo*, em sua vertente de esquerda. Sendo uma corrente que sempre recebeu acusações de renovar o reformismo ou de pensar as instituições como neutras no embate social, Motta ressalta que seu desenvolvimento é claramente marcado por uma divisão. Poulantzas, nessa leitura, estaria inserido na vertente crítica ao apologismo dos mecanismos da democracia representativa moderna:

[...] há duas tendências no eurocomunismo, uma de direita e outra de esquerda. A tendência mais à direita tende a ver a transição democrática ao socialismo de gradual a progressiva, baseada numa aliança de classes antimonopolista sob a liderança do Partido Comunista, sem transformação dos aparatos de Estado, jaga vista que os concebe enquanto instituições neutras, no fortalecimento do parlamento no controle sobre o Estado e da economia, e incorporar os sindicatos na formulação do planejamento econômico. Em suma, vê o socialismo democrático como uma longa e vagarosa marcha por meio das instituições da sociedade política e civil. Já a posição de esquerda do eurocomunismo tende a ver a transição como uma longa série de rupturas, com base no nacional-popular numa ampla aliança que envolve tanto os novos movimentos sociais, como também numa aliança de classes

e organizada de modo plural. Além disso compromete-se profundamente com as transformações dos aparatos estatais como parte do processo democrático e na reestruturação do Estado e da economia a partir de uma democracia de base, da autogestão e na unificação de um fórum parlamentar. (MOTTA, 2014. p. 124)

O socialismo democrático em Poulantzas possui uma clara referência à crítica de Rosa Luxemburgo aos caminhos da Revolução Bolchevique de Outubro. O autor ressalta que Luxemburgo, uma figura central da defesa da democracia de base e de conselhos, observou os limites da escolha, por parte de Lenin e Trotsky, por uma exclusividade deliberativa dos *soviets*. Isso acarretaria um engessamento da *criatividade política* da revolução, esmagando a vida política em todo o país. Luxemburgo defenderia, contra esses efeitos, a implementação renovada de liberdades políticas e a manutenção da convocação da Assembleia *Constituinte*. Apenas isso manteria a fecundação mútua das duas formas democráticas. Segundo Poulantzas:

Ora, o que Rosa reprova em Lênin não é sua negligência ou seu despreço com a democracia direta na base, *mas muito exatamente o contrário*: a saber, que ele se apoiou *exclusivamente* nessa última (exclusivamente, porque para Rosa a democracia conselhistas sempre foi essencial) quando eliminava pura e simplesmente a democracia representativa, quando especialmente da suspensão da Assembleia constituinte, eleita sob o governo bolchevique, em benefício apenas dos *Soviets*. (POULANTZAS, 2000 pg. 257)

Portanto a crítica “socialista democrática” de Poulantzas aponta para transformação da democracia nessas duas dimensões, a direta e a representativa. Apenas com a fecundação mútua das mesmas não haverá o retorno da burocracia e a reprodução de relações de produção capitalistas.

O Estado e o capitalismo: a análise dos “microfundamentos da ação” do marxismo analítico

O marxismo analítico também pode ser considerado como um empreendimento de renovação da tradição ampla que, de forma bastante inovadora, aproxima dos pressupostos de uma ciência social tradicional. Suas teorias e metodologias diferem fortemente do comumente estabelecido entre os seguidores de Marx: existe uma abertura para a análise metodológica da ação individual e crítica às metanarrativas dialéticas. Em um balanço crítico, de sua obra e de seus pares, Cohen (2013) reconstruiu as correntes fundamentais dessa escola. O autor afirma que a base filosófica é a “analítica”, crítica do “holismo” tradicional no marxismo. Essa virada permite uma aproximação da metodologia convencional das

ciências sociais, rejeitando a afirmativa de que o marxismo engendra uma base teórica própria e autorreferente. Segundo Cohen:

A metodologia convencional, que tenho em mente, utiliza técnicas intelectuais que foram elaboradas no interior de várias correntes da ciência social e da filosofia ocidentais (e, sobretudo, anglófona) não marxistas. As técnicas em questão são normalmente concebidas como *analíticas* num sentido amplo, pois sua utilização requer e favorece a precisão do enunciado, de um lado, e o rigor do argumento, de outro. (COHEN, 2013. p. 20)

Essa afirmação vai de encontro a tese de que há, no marxismo, um método “distinto e válido” que é, por Cohen, identificado como apologia da “dialética”. O autor acredita que (COHEN, 2013. p. 25-6) “a palavra *dialética* nem sempre tem sido empregada com um significado preciso, ela nunca foi utilizada como o claro objetivo de caracterizar-se como um método rival do analítico [...]”. O método analítico, para o autor, pressupõe que a busca de microfundamentos para ação, por detrás dos amplos movimentos (formações sociais e classes) macroestruturais, que caracterizam o “holismo”.

Cohen afirma que, para além dessa base filosófica, existem três fontes instrumentais para a teoria do marxismo analítico, bem como três autores centrais em sua formulação. (Ibid. pg. 20-1) A primeira, identificada com o próprio autor, é a análise lógica linguística “positivista e pós-positivista”. A segunda é a análise econômica neoclássica, da linha que descende de Smith e Ricardo e que adquire formulação matemática com Walras e Marshall. O tema da economia e da teoria da exploração é trabalho por John Roemer. O terceiro instrumental é o da *escolha racional e dos jogos*. Essas teorias descendem dos pressupostos neoclássicos em sua aplicação a análise política. Jon Elster é utiliza essa base mas também transita nas outras duas.

Existem, contudo, divergências no que se refere às possibilidades de aplicação da análise dos micro fundamentos, na ciência social. Elster (2003) explicita que existem três tipos de explicação na ciência moderna: a causal, a funcional e a e intencional. Para o autor, malgrado sua utilidade em ciências em que os objetos não são racionais como a biologia, a explicação funcional é inadequada para a ciência social. Ela seria uma não explicação pois sempre engendra um efeito circula, de retorno, onde uma estrutura existe sempre pelo benefício de outra que lhe é maior. A explicação adequada para a ciência social é uma combinação da *intencional*, micro fundamentos das ações dos indivíduos racionais, e a causal, para as interações irracionais. Quando as interações são racionais tem-se um caso para a *teoria dos jogos*:

The proper paradigm for the social sciences is a mixed causal-intentional explanation – intentional understanding of the individual actions, and causal explanation of

their interaction. Individuals also interact intentionally. And here – in the study of the intentional inter- action between intentional individuals – is where game theory comes in. The need for game theory arises as soon as individual actors cease to regard each other as given constraints on their actions, and instead regard each other as intentional beings. (ELSTER, 2003 p. 30)

Para Elster o marxismo é pródigo em explicações funcionais, o que transforma seus interessantes *insights* teóricos em especulação. Exemplos dessa afirmativa são as teorias neomarxistas do Estado. Elster afirma que elas resumem-se, no limite, a afirmar que os atos estatais são, em última instância, funcionais para a dominação capitalista:

These neo-Marxist works appear to be guided by the following principles. (i) All actions of the state serve the collective interest of the capitalist class. (ii) Any action that would serve the collective interest of the capitalist class is in fact undertaken by the state. (iii) Exceptions to the first principle are explained by “the relative autonomy of the state.” (iv) Exceptions to the second principle are explained along the lines of Marx in the Eighteenth Brumaire: it is in the political interest of the bourgeoisie that the state should not always act in the economic interest of the bourgeoisie. Needless to say, the effect of the last two clauses is to render the first two virtually vacuous. (Ibid. p. 29)

Como alternativa para essa, a seu ver, infecunda análise Elster propõe o uso da *teoria dos jogos*. Essa perspectiva, com seus pressupostos, permitirá o estudo das estratégias para ação individual em um quadro analítico. Os modelos são diversos, mas podemos considerar que as duas mais amplas categorias são as de cooperação e a de competição. Elster afirma a importância das macroestruturas, como o conceito de classe, se analiticamente elas permitem uma alteração na competição plena entre indivíduos, sobrepujando o problema do *free rider*. Dessa forma explica-se a ação política no nível do indivíduo com referência as categorias mais amplas. Segundo Elster:

Game theory is a recent and increasingly important branch of rational choice theory, stressing the interdependence of decisions. If all violence were structural, class interests purely objective, and class conflict nothing but incompatible class interests, then game theory would have nothing to offer to Marxism. But because classes crystallize into collective actors that confront each other over the distribution of income and power, as well as over the nature of property relations, and as there are also strategic relations between members of a given class, game theory is needed to explain these complex interdependencies.[...] The income distribution that would emerge under perfect competition can serve as a baseline for comparison with the distributions that result when one or both of the main classes behave in an organized and strategic manner. Whether the classes will so behave is itself a question to be decided by game theoretic analysis. I define class consciousness as the capacity

of a class to behave as a collective actor. Operationally, this means the capacity to overcome the free-rider problem. (Ibid. p 31- 3)

Já Cohen (2003) defende que o marxismo não pode prescindir da explicação funcional. Pelo contrário ela é inerente aos pressupostos fundamentais dessa teoria. *A teoria dos jogos*, nessa posição, deve apenas ser uma adição. O marxismo, nessa visão, não se preocupa fundamentalmente com o *comportamento* e sim com as forças que constroem e definem a ação. A entrada das estratégias individuais está na periferia da explicação marxista: itens mais básicos que a ação estão no centro da questão marxiana. A ação estratégica deve ter sua importância deslocada para o momento da ação política mas, quando existe um postulado político mais amplo, está se falando de termos oriundos da explicação *funcional*.

Cohen afirma que a ciência social está em uma fase de desenvolvimento em que a explicação funcional não pode ser obliterada, pois ela conforma muitas *verdades científicas* que ainda não podem ser comprovadas. Usa-se o exemplo da biologia anterior a Darwin que afirmava a existência de mecanismos de adaptação sem poder comprovar os mesmos:

I can illustrate what is at stake by reference to the case of Lamarck and Darwin. Darwin showed how functional facts about the equipment of organisms contribute to explaining why they have it: the answer lies in the mechanism of chance variation and natural selection. Now I claim, and Elster denies, that, before Darwin thereby advanced the science of natural history, the belief that the useful characters of organisms are there because they are useful was already justified, by the sheer volume of evidence of adaptation. The belief was certainly widely held, by people who had no idea how to elaborate it and by others, such as Lamarck, who had what proved to be an unsatisfactory idea of how to elaborate it. And I contend, and Elster denies, that it was a justified belief.[...] Now because I concede that Marxists have not yet produced good elaborations of their functional explanatory theses, I concede that historical materialism is at best in a position like that occupied by natural history before Darwin transformed the subject. But I am not convinced that it has got even that far. For whereas Elster and I disagree strongly about what would confirm functional explanations, we disagree less about whether Marxists have actually produced well confirmed functional explanations. (COHEN, 2003. P. 48-9)

Tendo como base essa formulação teórica, um dos autores que mais desenvolveu o estudo do Estado, no grupo dos marxistas analíticos, é Adam Przeworski. O autor constrói uma crítica das teorias de reprodução estatal do capitalismo, onde a figura de Poulantzas é central, com base nos pressupostos do *individualismo metodológico* supracitado. Przeworski reconhece os méritos de Poulantzas em complexificar a teoria de Estado do marxismo ao pensá-la em sua autonomia institucional relativa. A inclusão da ideia de inevitabilidade do Estado no capitalismo seria uma boa inclusão. Segundo Przeworski: “Poulantzas

argumenta que o capitalismo jamais poderia reproduzir-se sem o Estado. A primeira razão é que as condições não econômicas para a produção não são geradas espontaneamente.” (PRZEWORSKI, 1995. p. 103)

Outro ponto de avanço teórico em Poulantzas seria, segundo Przeworski, o vislumbre do problema do *free rider* mesmo sem recorrer a *teoria da escolha racional*. Isso acontece na abordagem do Estado como aparelho de coesão dos interesses econômicos que dividem a burguesia:

De acordo com Poulantzas, os interesses econômicos dividem a burguesia. Os capitalistas competem entre si: essa é a relação econômica deles. Eles são incapazes de superar sozinhos essa competição e, portanto, são incapazes de agir coletivamente. A reprodução do capitalismo é do interesse da burguesia, mas não dos capitalistas individuais: sem recorrer ao arcabouço da escolha racional, Poulantzas compreendeu que os capitalistas se defrontam com o problema do *carona* na organização de suas ações coletivas. Além disso, a reprodução do capitalismo, particularmente em face à ameaça política da classe trabalhadora, requer sacrifícios econômicos por parte dos capitalistas e, novamente não é do interesse de capitalistas individuais fazer esses sacrifícios. Logo, a tarefa de garantir a reprodução do capitalismo não pode ser assumida pela burguesia; ela só pode ser realizada pelo Estado que age contra as objeções de firmas individuais. Para manter o capitalismo, o Estado precisa ser independente da influência dos capitalistas – essa é a teoria da autonomia relativa do Estado. (PRZEWORSKI, 1995. p. 105-6)

O limite de Poulantzas é, para Przeworski, a ausência de uma análise sistemática das estratégias políticas dos atores, em embate, presentes no cenário. Isso faz com que a “teoria da reprodução estatal do capitalismo” reduza-se a uma enumeração dos atos necessários para que o Estado mantenha o capitalismo (ibid. p. 114). Estaríamos diante de um eterno retorno à explicação funcional já criticada por Elster. Segundo Przeworski (ibid. p. 114): “[...] a dificuldade permanente de qualquer perspectiva funcionalista é por que razão os conflitos entre grupos específicos, em circunstâncias históricas concretas, acabam resultando sempre em Estados desempenhando suas funções”. Falta, segundo sua análise, um quadro teórico permissivo de uma análise sistemática das estratégias adotadas pelos diferentes grupos sociais em momentos concretos da história:

Apesar de os conflitos terem sido introduzidos nas teorias marxistas do Estado por Poulantzas em 1978, os marxistas resistem a adoção de uma linguagem técnica para análise de interações estratégicas.[...] Por conseguinte, apenas recentemente as análises estratégicas do conflito de classes superaram essas resistências. (Ibid. P. 126)

No trabalho *Capitalismo e socialdemocracia* (1989), Przeworski empreende uma

leitura empírica baseada nesses preceitos teóricos. O que pretende é a análise, em termos de estratégias políticas, da escolha das organizações da classe operária pela participação nas instituições da “democracia burguesa” em contraposição às alternativas revolucionárias. Os modelos de opções estratégicas, nesse trabalho, se adaptam ao objeto analisado: individual se tratando de um partido, ou burgueses e operários hipotéticos específicos; coletivo quando se analisa a atividade de classes ou o conjunto maior do povo.

São várias as análises históricas de estratégias adotadas. A primeira é a que tange a participação democrática. Przeworski identifica que o argumento para a participação logo sobrepujou a *dogmática* revolucionária:

[...] a democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços. Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. [...] Os trabalhadores, em contraste, só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações embutidas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. Por conseguinte, a participação é necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores. Os ideais revolucionários podem impulsionar a história mas não fornecem alimento nem abrigo. (PRZEWORSKI, 1989. p. 24-5)

A escolha pela participação acarretou diversos outros dilemas para a socialdemocracia. Przeworski desenvolveu sua leitura analítica sobre as escolhas entre o “apelo ao operariado ou ao povo amplo” (ibid. p. 41) e a “oposição parlamentar ou coalizão para governar” (dilema só resolvido com o surgimento de uma teoria econômica para a gestão do capitalista, o keynesianismo) (ibid. p.53) Melhor desenvolvida tem-se como exemplo a análise da tendência, de longo prazo, de manutenção do lucro capitalista mesmo com a recorrência de governos pró-trabalho: a base é a vontade geral da sociedade, pois as políticas redistributivas radicais são críticas para os interesses dos assalariados:

Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital.[...] O compromisso básico entre os socialdemocratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. Já que a propriedade privada dos meios de produção foi mantida intacta passa a ser do interesse dos assalariados a apropriação dos lucros pelos capitalistas. Sob o capitalismo os lucros do presente constituem as condições de investimento e, portanto, da produção, emprego e consumo no futuro.[...] Essa expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos social-democratas ao capitalismo. Os social-democratas contem com o direito dos capitalistas de reter

uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. Portanto, esse consentimento fundamenta-se em bases econômicas; é um reflexo dos interesses materiais dos assalariados na sociedade capitalista. (ibid. p. 60-1)

A escolha pela manutenção do sistema, nesse caso, mantém-se como racional perante as dificuldades de um “reformismo forte” onde a crise inflacionária e de reinvestimento retorna em sofrimento para a classe trabalhadora. (ibid. p. 62-3)

Considerações finais

As teorias aqui apresentadas como pretensamente “*científico sociais*” engendram uma ampla crítica aos pressupostos tradicionais do marxismo. A teoria da história e o projeto revolucionário imediato perdem relevância perante a análise concreta das relações sociais e políticas. Mesmo com enfoques distintos, internamente aos blocos de autores e entre os mesmos, uma afinidade temática de fundo é perceptível. Buscamos apreender essa temática no exame dessa amostragem teórica: relação Estado e capitalismo, corpo institucional do Estado, resiliência da democracia, questão da estratégia política (individual e partidária).

Para além desses temas a presente dissertação ressaltou uma questão metodológica e epistemológica mais ampla: as contraposições e confluências, entre o individualismo metodológico e a explicação de cunho coletivo nas ciências sociais. Com um quadro de temas correlatos podemos evidenciar a riqueza que o marxismo, em suas versões não exegéticas, propicia para o recorrente tema do *movimento teórico pendular* nas ciências sociais. (ALEXANDER, 1987)

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.
- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BALIBAR, Étienne. A retificação do “manifesto comunista”. *Cinco estudos do materialismo histórico - Volume I*. Lisboa: Presença, 1975. p. 101–158.
- _____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976

- _____. Le concept de “coupure épistémologique” de Gaston Bachelard à Louis Althusser. *Écrits pour Althusser*. Paris: La Découverte, 1991.
- _____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976
- BOITO Jr., Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *Novos Temas*, 09, 2014, pg. 153-182.
- _____. O lugar da política na teoria marxista da história. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: UNESP, 2007. p. 39–61.
- CARRILLO, Santiago. *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, 1, 2 e 3. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 93–125.
- COHEN, Gerald Allan. Reflexões sobre o Marxismo Analítico. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013. p. 19–31.
- _____. Reply to Elster on “Marxism, functionalism, and game theory”. *Debates in Contemporary Political Philosophy: an anthology*. London: Routledge, 2003. p. 41-53.
- COSTA NETO, Pedro Leão da. Crítica ao conceito de marxismo ocidental. *Crítica Marxista*, n. 38, p. 9–28, 2014.
- ELSTER, Jon. Marxism, functionalism, and game theory: a case for methodological individualism. *Debates in contemporary political philosophy: an anthology*. London: Routledge, 2003. p. 22-40.
- MARX, Karl. *A guerra civil em França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. Introdução à Crítica de Economia Política. *Os pensadores-Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 2005a. p. 25–48.
- _____. Prefácio. *Os pensadores-Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 2005b. p. 49–54.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOTTA, Luiz Eduardo. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Gamma; FAPERJ, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995
- PROGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

QUARTIM DE MORAES, João. Crítica e contracritica do humanismo. *Lutas sociais*, 33, 2014, pg. 74-89.

THERNBORN, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012